



**O GLOBAL E O REGIONAL: grandes projetos desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão**

**Zulene Muniz Barbosa**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**Desni Lopes Almeida**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**Saulo Carneiro**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**Uslan Junior Mesquita**

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**Sandro Henrique Meireles**

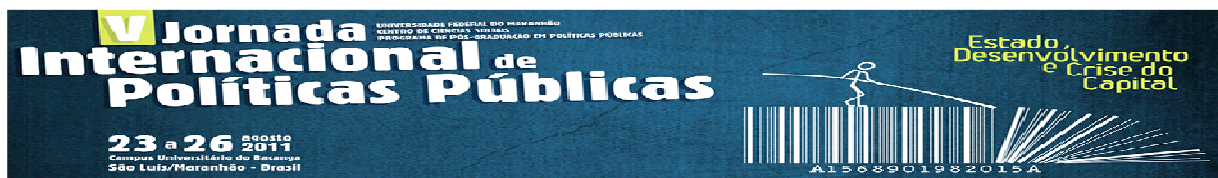
Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

**RESUMO:** Examina as diversas expressões da reestruturação capitalista no Maranhão, a partir da implantação de grandes projetos e os impactos já produzidos em função de rápidas e aceleradas transformações nas relações sociais e de trabalho. Objetivamente, materializam relações sociais que para se constituírem implicam na destruição de outras relações, num turbilhão de violência, expropriação, deterioração das condições de vida e degradação ambiental. Mas, por outro lado, constata-se a resistência dos dominados. A implantação desses projetos em países periféricos tem sido dramática para os pequenos produtores rurais e populações tradicionais, porque desagrega o seu modo de vida e desestrutura a economia local.

**Palavras Chaves:** Grandes projetos e Estado e Lutas sociais

**ABSTRACT:** Examines the various expressions of capitalist restructuring in Maranhão, since the implementation of large projects and the impacts already produced on the basis of rapid and accelerating changes in social relations and work. Objectively, embody social relations that require to be incurred in the destruction of another relationship, a whirlwind of violence, expropriation, deterioration of living conditions and environmental degradation. But on the other hand, there is the resistance of the dominated. The implementation of such projects in peripheral countries has been dramatic for small farmers and traditional populations, because disaggregate their way of life and disrupts the local economy.

**Keywords:** Large projects and state and social struggles



## O GLOBAL E O REGIONAL: contradições entre os grandes empreendimentos e as desigualdades sociais no Maranhão

Zulene Muniz Barbosa<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é examinar o modo como o global e o regional se articulam e se materializam numa formação concreta como o Maranhão e por outro lado, apreender complexa relação com o Estado (burguês) no plano nacional e regional num contexto marcado cada vez mais por determinações de caráter transnacional .

**Palavras-chave:** Maranhão – O Global – O Regional

### ABSTRACT

The aim of this paper is to examine how the global and regional articulate and materialize in a concrete formation such as Maranhão and on the other hand, grasp complex relationship with the State (Bourgeois) at the national and regional context marked by increasing determinations of a transnational nature.

**Keywords :** Maranhão - Global - The Regional

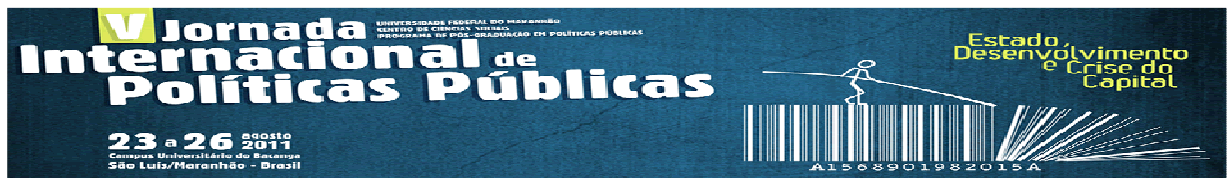
### INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas o Maranhão tem sido o destino de um grande volume de capital transnacional. As características que acompanham esse processo (mercado externo, produção em larga ) foram determinante na estruturação do chamado Maranhão “moderno.” Pode-se dizer que a modernização do espaço econômico regional foi amplamente ancorada no binômio moderno versus atraso. Esta forma de gestão tem sido conduzida por Jose Sarney, que desde 1966 exerce o mandonismo político regional e local

No início dos anos 1970, o processo de modernização foi intensificado através da grilagem de terras, pois desenvolver o Maranhão, significava dispor de recurso que o Estado tinha em abundância: “terra devolutas”. Isso fez com que em todo o Estado comessem a

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais/Política - UEMA

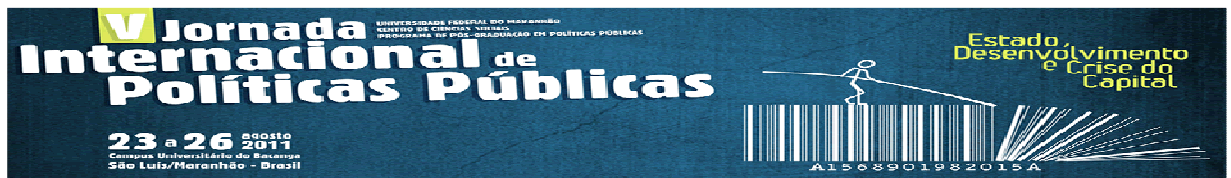


se erguer as cercas de arame farpados em áreas de babaçuais substituindo o cultivo agrícola de subsistência familiar pelo rebanho bovino . Mudara-se o padrão de ocupação, e a legalização da terra passava a substituir o trabalho incorporado á terra. Esse processo não seguiu a via pacífica, ao contrário, encontrou diferentes formas de resistência.

Com a instituição da lei de terra entre 1966 e 1970 durante o governo Sarney estabeleceu - se um verdadeiro mercado de terra no Maranhão, o qual foi responsável por um conjunto de transformações sociais no campo. A combinação terra e capital passou a atrair vários grupos econômicos, de dentro e fora do Estado, aquecido principalmente, pela venda e negociação das chamadas terras devolutas. Esse fato, fez com que a questão da terra assumisse termos radicais com a intensificação dos conflito agrários. Cabe ressaltar que a dinamização desse mercado de terras teve como carro chefe a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCA, instituída por de lei estadual (1971). No âmbito político a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão-SUDEMA, constituiu-se como numa espécie de agência de Planejamento do governo Sarney com a tarefa política de agrupar um corpo técnico e político ( formado por intelectuais orgânico competentes ). Tratava-se como afirma Gonçalves ( 2001) de um momento preciso dessa estratégia .

É importante frizar que esse conjunto de medidas político - institucionais foram conduzidas diretamente pelo Estado, atingindo tanto as áreas de terra devolutas, consideradas de frente agrícola como as mais antigas ( comunidades tradicionais). Na prática, passava a vigorar a transformação das regiões de fronteiras agrícolas que por sua vez se transformavam em áreas de aplicação do grande capital. A questão da terra foi assumindo termos radicais, a partir do confronto entre trabalhadores rurais e latifundiários e, nesse processo, a intervenção do Estado adquiriu diversas formas, especialmente, através dos projetos de apoio a pequena produção . Paralelamente, a expansão por açambarcamento de grandes extensões de terra a paisagem geográfica se modificava particularmente as áreas, antes, destinadas ao cultivo agrícola. Esta forma de apropriação foi alimentada por diversos tipos de incentivos fiscais e creditícios. Neste cenário, os órgãos estatais de desenvolvimento privilegiava a implantação de grandes projetos agropecuário corolário dos Grandes projetos.

Tratou-se de um cenário onde as fronteiras agrícolas ao serem pressionadas pela “economia do gado” e pelas desapropriações de terras perderam a capacidade de

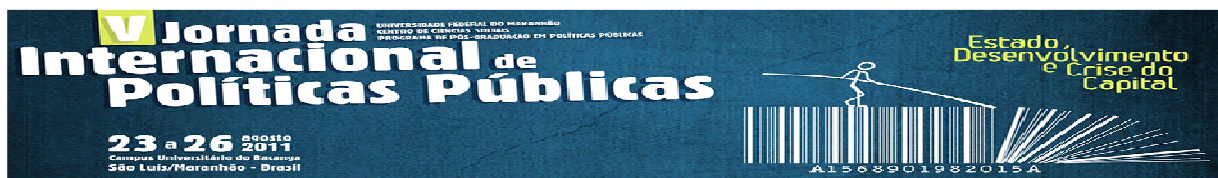


incorporar o pequeno produtor rural Tal processo, embora acompanhado por diversas formas de resistência do trabalhador, não foi suficiente para impedir que as terras de pastagem e as empresas rurais se expandissem ( durante os anos 1970) com alto teor de concentração de capitais . Nas regiões Sul e sudeste um processo similar ocorreu, durante a década de 1950; foi quando a expansão capitalista operou também a destruição das relações agro-exportadoras num processo que recriou o colonato nas fronteira agrícolas do café. Estas regiões ao serem progressivamente transformadas em regiões industriais produziram a categoria dos bóias frias . No Maranhão a expulsão do pequeno produtor autônomo pelas cercas de arame farpado criou, também, novas categorias no campo : meeiro arrendatário, parceiro e um considerável proletariado rural em êxodo em todo o Estado

Tratou-se de um cenário onde as fronteiras agrícolas ao serem pressionadas pela “economia do gado” e pelas desapropriações de terras perderam a capacidade de incorporar o pequeno produtor rural Tal processo, embora acompanhado por diversas formas de resistência do trabalhador, não foi suficiente para impedir que as terras de pastagem e as empresas rurais se expandissem ( durante os anos 1970) com alto teor de concentração de capitais . Nas regiões Sul e sudeste um processo similar ocorreu, durante a década de 1950; foi quando a expansão capitalista operou também a destruição das relações agro-exportadoras num processo que recriou o colonato nas fronteira agrícolas do café. Estas regiões ao serem progressivamente transformadas em regiões industriais produziram a categoria dos bóias frias . No Maranhão a expulsão do pequeno produtor autônomo pelas cercas de arame farpado criou, também, novas categorias no campo : meeiro arrendatário, parceiro e um considerável proletariado rural em êxodo em todo o Estado.

Nos anos 1980 esse modelo de desenvolvimento passou por transformações qualitativas a partir do II PND (Plano nacional de Desenvolvimento) quando as regiões Norte e Nordeste, finalmente, passavam a ser o carro chefe de grandes projetos industriais. A prioridade era implantar grandes projetos industriais: ferro, aço, celulose alumínio. Tratava-se na visão dos militares de um desenvolvimento integrado voltado para os espaços econômico regionais no a partir de uma concepção global de desenvolvimento regional. A dinamização desse processo ( articulação entre interesses transnacionais, regionais e locais ) permitiu a instalação de megas projetos industriais





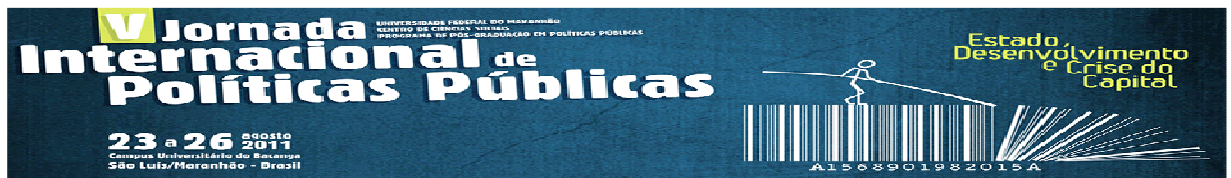
hegemonizado pelo Programa Grande Carajás, no bojo do qual o Maranhão novamente voltava a inserir na dinâmica do capitalismo internacional, agora, como corredor de exportação de minério de ferro .

## **NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO NO ESPAÇO REGIONAL**

Pode-se dizer que industrialização recente do Maranhão foi impactada por dois grandes projetos: o Projeto de Ferro Carajás e do Projeto do Alumínio, em ambos, a presença do Estado, como mediador, foi determinante, particularmente, na condução dos interesses do capital transnacional e das oligarquias locais .A implantação desses projetos e provocou mudanças significativas com a exploração intensiva de recursos naturais sustentada por sucessivas políticas governamentais . Os estudos de Feitosa (1994) mostram que este foi sempre o modo de inserção do Maranhão, na dinâmica do capitalismo internacional. Isso ocorre desde as primeiras tentativas de industrialização. O projeto Grande Carajás, seria mais recentemente o caso mais exemplar da posição de mediador assumida pelo Estado brasileiro na condução e articulação entre o global e o regional.

A pesquisa de Feitosa(1994) indica ainda que, o processo de industrialização recente do Maranhão teve por base quatro fontes de capitais : 1.Capital comercial e agro exportador local que financiou as primeiras experiências de industrialização principalmente nos ramos de : açúcar, algodão, amêndoa e babaçu; 2.Os grandes capitais nacionais oriundos de outras regiões ( Sul e Sudeste) do país, operando no setor da construção civil – particularmente o setor madeireiro;3. Capital Estatal no âmbito de atividades específicas de economia mistas (extração de minério de Ferro e Manganês – CVRD ).4.Capital financeiro industrial, no ramos da extração de processamentos de minérios não renováveis – Bauxita . Tal dinâmica, se articula a conjunturas históricas particulares. Os estudos de Jerônimo viveiros mostram por outro lado, que nas atividades comerciais agroexportadoras encontram-se as raízes dos recursos que, fundamentalmente, subsidiaram as primeiras tentativas de industrialização no Estado do Maranhão, no último quartel do século XIX, período que coincide com o colapso da indústria têxtil na Inglaterra e os primeiros impulsos da industrialização no Brasil.

Neste cenário, destacavam-se duas iniciativas de industrialização, seguindo a economia agrícola simples: a implantação do engenho de açúcar e a implantação de

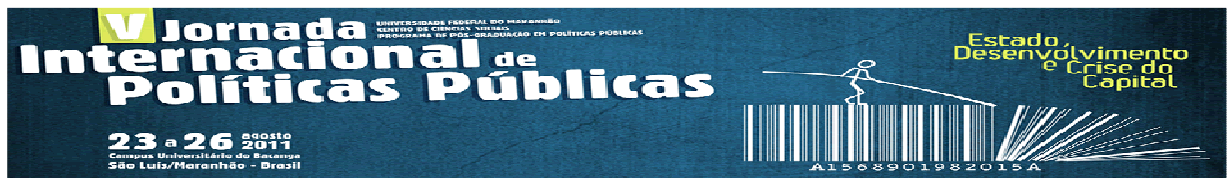


fábricas têxteis (que se expandiu para centros urbanos como São Luis, Caxias e Codó) ambas financiadas pelos setores agroexportadores que por não conseguir manter os níveis de competitividade exigidos pelo mercado, o setor têxtil entra em crise, Esse fato impulsionou a industrialização da amêndoa do babaçu (originalmente extraída para o consumo da população pobre) a amêndoa do babaçu torna-se um produto de exportação e de consumo interno extremamente rentável.

Nesse contexto os empresários maranhenses vão buscar neste setor, novas fontes de lucros, realocando seus capitais para a produção de óleo bruto, comestível ou refinado, (avançando para indústrias químicas de sabão e vela<sup>2</sup>. Mas em meados da década de 1970, a indústria do babaçu também apresentou sinais de uma crise. Isso ocorre em função do reordenamento do espaço físico maranhense pelo governo estadual, que passava a promover a venda das terras públicas para grandes grupos empresariais a preços baixos.

Em todo o Estado, começaram a se erguer as cercas em áreas de babaçuais, substituindo o cultivo agrícola de subsistência familiar pelo rebanho bovino. Mudara o padrão de ocupação, e a legalização da terra substituía o trabalho incorporado à terra. a formalização legal da terra foi a solução encontrada pelo Estado para resolver os conflitos que se agudizaram entre posseiros, grileiros empresários, e pecuaristas, sobretudo na região do Mearim. Esse processo, porém, não seguiu a via pacífica.. A partir da instituição da "Lei da Terra" (entre 1966 e 1970) a questão da terra foi assumindo termos ainda mais radicais sendo definidos pelo confronto entre trabalhadores rurais e latifundiários.

A intervenção do Estado no processo de reprodução do capitalismo no campo adquiriu assim, diversas formas, especialmente, através dos projetos de "apoio à pequena produção rural", projetos de colonização e políticas de assentamento. Por intermédio dessa política grandes extensões territoriais, antes ocupadas por posseiros e pequenos proprietários foram griladas com a conveniência de cartórios que fornecia o títulos das propriedades" (Arcangelis, 1987). A violência da grilagem cartorial foi praticamente institucionalizada no Maranhão tornando-se, mesmo, o principal mecanismo de expropriação do pequeno produtor rural. Neste cenário, o Estado se transformava no grande parceiro dos proprietários de terras, que também contavam com os órgãos de desenvolvimento regional, através de linhas de créditos especiais



(PIN e PROTERRA).

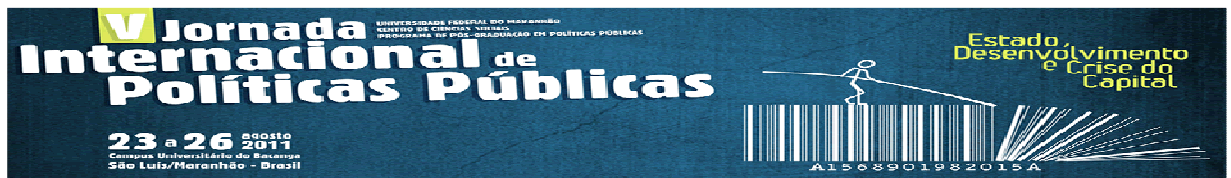
Segundo Asselim (2009), o “Maranhão em Negociata” foi um processo a partir do qual a grilagem assentou pé no Maranhão. E se tornou corriqueira na região que mais tarde seria conhecida como Carajás.

Na perspectiva, aqui adotada a implantação de grandes empreendimentos econômicos, em região rica em recursos naturais, não se reduz a uma simples decisão de investimentos que os dominados apresentam de tempo em tempo. Segundo Milton Filho (1995), a década de 1980 e 1990 assistiu a um intenso processo de concentração espacial do capital, seja internamente, seja em escala mundial. Esses projetos marcaram um novo tipo de relação social do Brasil com o sistema financeiro internacional, desencadeando novas modalidades de localismos globalizados.

No Maranhão, a implantação desses projetos provocaram mudanças que vão desde a exploração intensiva de recursos naturais à exploração intensiva da força de trabalho sustentada por sucessivas políticas governamentais. Assim ao se analisar as determinações desse processo constata-se que, nesta nova rodada de transnacionalização o Maranhão vivenciou rápidas transformações que para se constituírem implicaram na destruição de outras, num turbilhão de violência expropriação de trabalhadores rurais, devastação de florestas represamento de rios para geração de energia elétrica, degradação ambiental,

Pode-se dizer que o sistema produtivo do sofreu um profundo reordenamento na medida em que diversos grupos econômicos passaram a ocupar extensas áreas de terra ao longo do corredor de exportação – pólos industriais (madeira, carvoarias) que em larga medida foram responsáveis pelo crescimento desordenado de São Luís de cidades como Açailândia (no sul do Maranhão). Atualmente as transformações sócio-econômica, ambientais e especiais são determinadas pelos diferentes processos de ocupação (sofisticação da grilagem, disputas pela posse e propriedade da terra) por grandes empresas que se apropriaram e continuam a se apropriar de extensas áreas nesta região.

Segundo Almeida (2009), esta dinâmica atualiza o mercado de terra, ao mesmo tempo, que mostra a intensidade desse processo em áreas de babaçuais, onde a terra é negociada segundo as potencialidades de cada região ou localidade. Nesse mesmo processo afirma o autor, “atos de compra e venda incrementam transações que implicam numa redefinição da noção de valor de terra, diferentemente dos anos 1970 quando a abundância de recursos levava o Estado a criar facilidades de incentivos fiscais para



grandes grupos empresariais, hoje mesmo existindo o apossamento ilegítimo há uma predominância das regras de mercado. A intensidade do processo de ocupação de terras, seja ao longo do chamado corredor de exportação para a implantação de pólos industriais que de um lado, introduzem a precarização das relações de trabalho (que atualmente proliferam na região sul do Maranhão) e que se conformam dentro da dinâmica acelerada entre o global e o regional. As estratégias empresariais ao privilegiarem o mercado de commodities em detrimento da economia do babaçu operam no sentido de que sobre os estados amazônicos grupos de investidores reproduzam os seus lucros numa escala sempre mais ampliada.

#### REFERÊNCIAS

ARCANGELIS, Alberto (1987). "O mito da terra: uma análise da colonização da pré Amazônia maranhense". *Ciências Sociais*

ALMEIDA, Alfredo Wagner. B. de. NETO Joaquim Shiraishi e MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luis, Lithograf, 2005

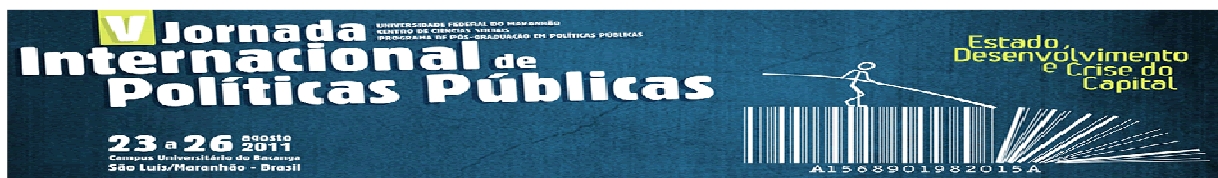
ALMEIDA, Lúcio Flavio. "Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo". *Lutas Sociais*, 1.

ASSELIM, Victor (1982). *Grilagem, corrupção e violência em terra de Carajás*. Petrópolis, Vozes

BARBOSA, Zulene. *As temporalidades da política no Maranhão*. Lutas sociais 07

\_\_\_\_\_. **MARANHÃO, BRASIL. Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**, 1997. Editora da UEMA

CABRAL, Wagner C. (1997). *Do "Maranhão novo" ao Maranhão do "novo tempo": trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. São Luís, mimeo.



## AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE: território de conflitos

Desni Lopes Almeida<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A Floresta Amazônica, com sua biodiversidade e riqueza natural, possuem 60% de sua cobertura em território brasileiro, abrangendo sete Estados da federação (Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Roraima, Amapá, Mato Grosso e Tocantins). No entanto, para fins de administração, desde 1953, à região correspondente a Amazônia legal inseriu oeste do Estado do Maranhão, incorporando 117 dos 217 municípios do Estado.

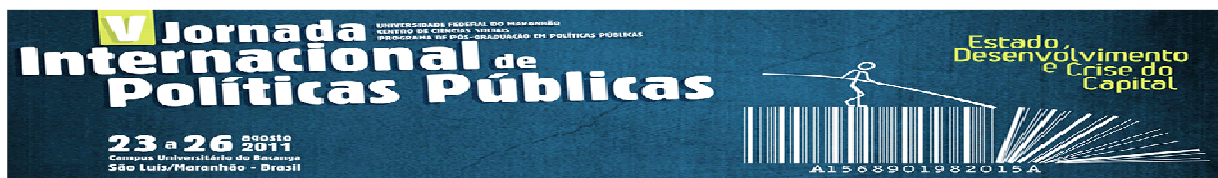
Historicamente o Maranhão tem ocupado lugar de destaque quando se discute a questão agrária. Margeado por uma aguda pobreza social e situada na periferia do país, é Estado do Maranhão é uma espécie de “zona de transição” entre o norte e o nordeste, possuindo em seu imenso território<sup>3</sup> diversos biomas, o que lhe possibilita ser esta intersecção entre as duas regiões. Mas além das características geofísicas, aqui também se concentra as mazelas sociais onde campeia o trabalho escravo, além de um alto índice da população vivendo em miséria absoluta. Ao longo do século XX, passou de “El dorado” do campo a território de conflitos agrários, com a inserção do grande capital.

É importante ressaltar que embora tendo um grande potencial agrícola, o estado tem sido o palco de uma intensa concentração fundiária, sendo um dos principais estado quando da exportação de mão-de-obra escrava. De acordo com o Jornal Pequeno (11/05/2011)

O Maranhão é o Estado que tem proporcionalmente a maior concentração de pessoas em condições extremas de pobreza. Da população de 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhão está abaixo da linha de miséria (ganham até R\$ 70 por mês). Isso representa

---

<sup>2</sup> Mestranda. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). [desnilopes@yahoo.com.br](mailto:desnilopes@yahoo.com.br)



25,7% dos habitantes - mais que o triplo da média do país, que é de 8,5%. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE. O conceito de miséria foi estabelecido oficialmente na semana passada pelo governo federal, que resolveu considerar em estado de pobreza extrema quem ganha até R\$ 70 por mês.

Esses dados sobre a realidade maranhense retratam uma situação paradoxal: entre de um lado a extrema pobreza social e o tão propalado o desenvolvimento e oportunidades de investimento que o governo do Estado propagandeia, para a década de 2011-2020. Esta meta pode ser observada no documento oficial do governo, intitulado “*O Maranhão e a Nova Década*”, evidenciando a forte aliança com o capital transnacional.

## **1.2. Do sonho de paz nas “terras livres” a realidade da concentração fundiária.**

O Maranhão, que hoje ocupa o terceiro lugar em conflitos no campo<sup>4</sup>, e que possui um dos mais elevados índices de concentração fundiária do país<sup>5</sup>, já foi considerado um “El dorado” do campo, para onde rumaram milhares de nordestinos, fugidos da seca,

Esse fluxo migratório era devido a vasta extensão territorial, bem a grande quantidade de terras devolutas, as “terras livres”<sup>6</sup>, que alimentavam o sonho de uma vida livre dos conflitos existentes em outros estados do nordeste. As levadas de migração para o estado prosseguiram até a primeira metade do século XX. Conforme Luna (1984)

---

<sup>3</sup> O Maranhão é o oitavo estado em extensão territorial do Brasil, com uma área de 331.983 km<sup>2</sup>.

<sup>4</sup> Segundo dados da CPT-2009.

<sup>5</sup> De acordo com Almeida e Mesquita (ANO) o índice de Gini do Maranhão era de 0,864 em 2006.

<sup>6</sup> Termo usado por Luna (1984), para designar as inúmeras áreas de terras devolutas do estado do Maranhão, na primeira metade do século XX.





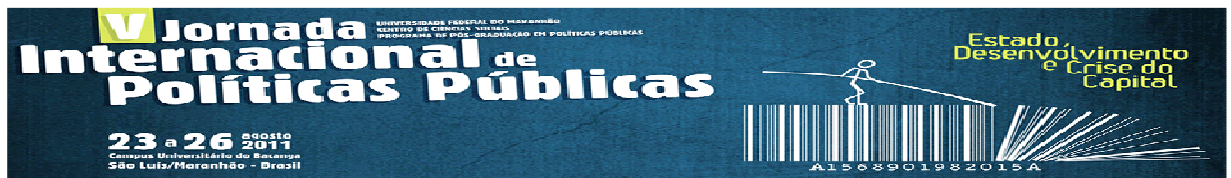
Conquanto desde 1920 já existisse considerável corrente migratória de nordestinos para o Maranhão “a sua importância do ponto de vista da economia maranhense está ligada à formação de uma “frente pioneira agrícola”, nas áreas controladas ou parcialmente ocupadas pelo processo anterior de colonização”. [...]

O Maranhão, a partir de 1950, torna-se centro de um processo geral de abertura de “frentes de expansão agrícola” que vão ocupando o estado, a partir da região do Itapecuru, em direção à região do Mearim, até as “terras livres” da região do Pindaré.(P.4-5)

É importante perceber que o fluxo migratório para o Maranhão traz em si a busca pela manutenção da condição de camponês pois, de acordo com Martins (1983, p. 122) “as migrações dos posseiros em direção à Amazônia Legal não são mero fenômeno demográfico. São expressões de um amplo movimento social que tem a sua essência na luta pela terra”.

A partir dos anos 1950, houve uma intensificação de conflitos no campo maranhense. De acordo com Almeida (2008, p.24-25)

Esse contingente que se refugiou e se fixou no Maranhão veio ao estado em busca de terra, e quase sempre fugindo de alguma catástrofe natural – como as secas –, ou foram expulsas de suas regiões de origem pelo latifúndio. Embora chegassem ao estado em busca das “terras livres”, ainda assim o latifúndio chegava também às terras antes despovoadas do Maranhão. Só que dessa vez, os camponeses não quiseram deixar pra trás o que tinham construído, o que haviam plantado, não pretendiam abandonar as “terras de herança”, que tinham sido recebidas de seus pais e



avós. E ao tomarem a decisão de resistir, teve-se o desencadeamento dos conflitos que marcaram a história do campo maranhense.

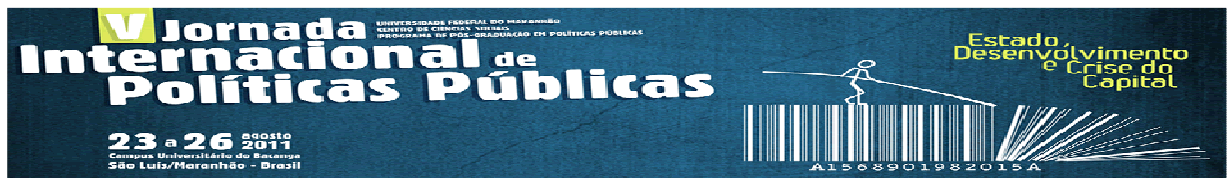
No final da década de 1970, o principal conflito do campo maranhense é a grilagem de terra. A intensificação do rebanho bovino marca o avanço do capital sobre a Amazônia Legal. Assim, o camponês tem que enfrentar o latifundiário, com o aval Estado e em nome de uma política nacional desenvolvimentista, que desconsidera as diversidades regionais, expulsa o trabalhador do campo, grandes contingente de homens e mulheres que vão aumentar os bolsões de pobreza das cidades.

### **O Maranhão na rota dos grandes projetos e do agronegócio**

A partir da segunda metade dos anos 1950, o Brasil vivencia o auge da política nacional desenvolvimentista de JK. Esta política abriu espaço para o capital estrangeiro e o Brasil passa a ser incluído no rol de países desenvolvidos e industrializados (ALMEIDA, 2006). Estava em curso a consolidação de um projeto nacional unificado de inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, sem levar em conta a diversidade do desenvolvimento econômico-social das diversas regiões do país. O Maranhão passava a se inserir

no circuito da nova dinâmica capitalista industrial, inaugurada nos anos JK. É o período em que as desigualdades regionais começavam a ser explicitadas. Ou seja, espaços produtivos como o Maranhão e a Amazônia foram definitivamente incorporados pelo capital urbano-industrial, como fronteira de expansão e valorização do capital. (BARBOSA, 2006)

Na década de 1980, com o Projeto Grande Carajás (no bojo do qual se alinhava o projeto Ferro Carajás e o Projeto do alumínio) o Maranhão e a Amazônia ingressam definitivamente na rota do capital internacional. O governo brasileiro colocou a disposição



do capital estrangeiro a estrutura necessária para a exploração do minério, incluindo a construção da Estrada de Ferro Carajás.

Segundo Barbosa (2006,p. 93) ,

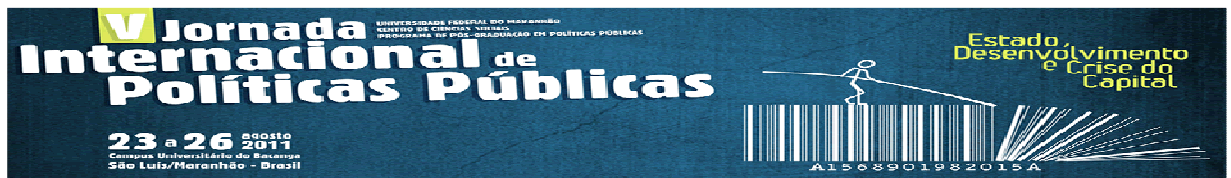
apenas para a implantação do Projeto de Ferro Carajás (considerado o pilar do Programa Grande Carajás), ou seja, a construção da moderna estrutura ferroviária e porto, a previsão foi da ordem de US\$ 1,500 milhões, a serem negociados com o Banco Mundial, Comunidade Econômica Européia, Japão e Alemanha Ocidental. Ao Estado brasileiro coube, inclusive, o ônus de assumir todos os riscos de financiamento junto às fontes financiadoras.

A CVRD tomou para si a custosa tarefa de criar a infra-estrutura de transportes (ferrovia e porto) para favorecer os capitais estrangeiros. A empresa multinacional explora o minério em algum país e o exporta *in natura* para o país sede, onde a própria empresa processará (não raro exportando o produto final ao país de origem do minério)

A aliança entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, na implantação do Projeto Grande Carajás, funcionou muito bem através da intermediação do Estado. No entanto, as populações rurais que estão na rota do projeto, principalmente na região da Amazônia Legal, estão envoltas em conflitos decorrentes da implantação do projeto. Não apenas pela exploração das riquezas minerais da região, mas por conta do avanço do latifúndio em virtude da valorização das terras que ficam a margem da ferrovia.

### **O avanço do Agronegócio**

Embora o Projeto Grande Carajás, tenha-se iniciado um processo de industrialização em moldes fordistas, não se pode negar o potencial agrário do Estado.



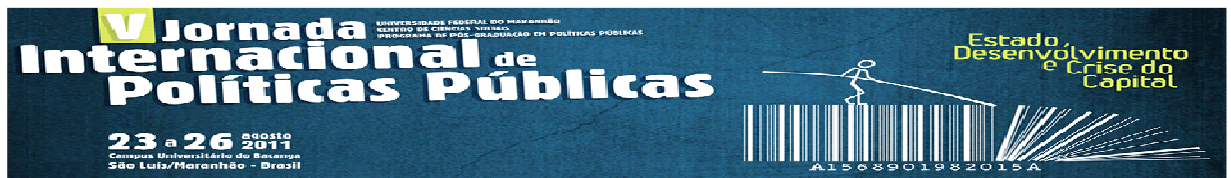
Nos anos 1990 a investida do capital no campo foi no agronegócio, entendido aqui conforme o conceito de Teubal (2008,p.140)

trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio do capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração.

De acordo com Delgado (2010: 50)

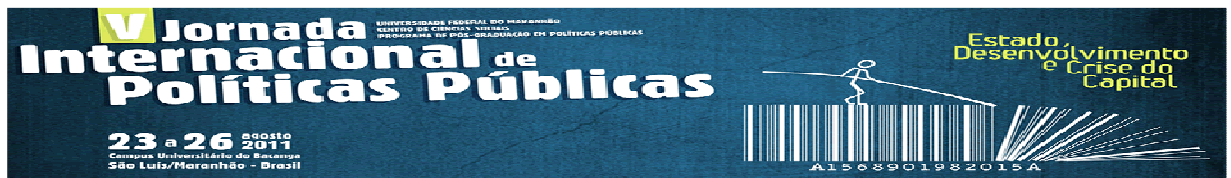
No estado do Maranhão a inserção e expansão do agronegócio a partir dos anos 1990 se tornou um agravante para a questão agrária, considerando o contexto histórico de expropriação e exploração vivido pelos trabalhadores camponeses desse estado. Seguindo este viés, identificamos a realidade desse estado como uma particularidade da questão agrária brasileira, que expressa a expansão do capitalismo nas regiões periféricas do país, ocorrida com a instalação do capital transnacional em um contexto sócio-político que tem o domínio de um grupo oligárquico há mais de 40 anos (LOPES et al., 2006).[...] Os impactos da entrada do Maranhão na rota do capital mundial incidiram sobremaneira no campo, complexificando a questão agrária. Nesse movimento, foram dinamizados e ampliados os investimentos de capital para a expansão e modernização da produção no campo, visando sobretudo a exportação. Logo no início da referida fase, esses investimentos foram realizados, prioritariamente, na modernização da lavoura, na dinamização industrial e na pecuária.

No Maranhão, e mais especificamente na região da Amazônia Maranhense, as principais culturas são a soja e o eucalipto. A cultura do eucalipto iniciou-se ainda nos



anos 1980, principalmente nas cidades de Açailândia e Imperatriz, como fonte de produção de carvão mineral, para alimentar as fábricas que produzem ferro gusa (do Projeto Grande Carajás). Nos anos 1990, com a implantação da empresa CELMAR S/A, há um aumento dessa produção que deveria ser voltada para a produção de celulose, mas que acabou por servir à produção de carvão mineral, como já vinha acontecendo. No entanto, o projeto de implantação de uma fábrica de celulose não foi deixado de lado pelo capital e nem pelo governo estadual, conforme podemos confirmar no documento “O Maranhão e a próxima década” (p.10)

A Suzano Papel e Celulose é o carro-chefe do novo Polo Industrial de Imperatriz. A Suzano pretende investir R\$ 4 bilhões e iniciar em 2011 a construção de sua fábrica de celulose no estado. A nova unidade terá capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose de eucalipto por ano e deve gerar 3,5 mil empregos diretos, sendo mil na área industrial, além de 15 mil postos de trabalho indiretos. Oito mil empregos deverão ser gerados durante a fase de construção da fábrica. A produção deverá ser toda voltada para exportação. A escolha da cidade de Imperatriz para abrigar a nova unidade permitirá à Suzano a utilização da Estrada de Ferro Carajás - EFC para escoar a produção pelo terminal portuário a ser construído em São Luís. A nova fábrica deverá ser transformada na principal referência em produção de celulose no mundo. Além disso a Suzano criou uma nova empresa - Suzano Energia Renovável - que já iniciou negociações para a implantação, no interior do estado, de duas unidades de produção de pellets de madeira com capacidade de 1 milhão de toneladas/ano, cada.

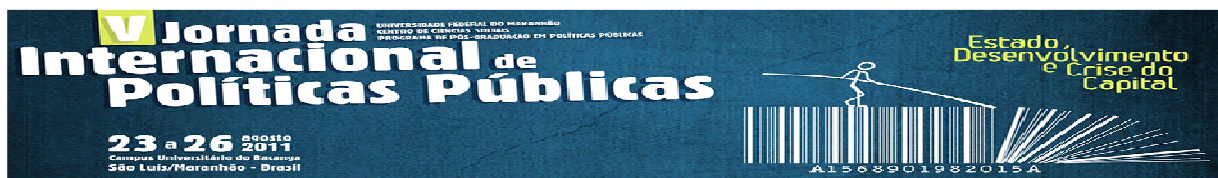


No caso da soja, é no fim da década de 1990 que sua produção ganha um impulso, sendo que seu cultivo inicia-se pelo sul maranhense e hoje avança para outras regiões do estado, colocando-a nos últimos nove anos como um dos principais produtos de exportação do Maranhão. Conforme Delgado (2010: 59)

com a expansão das áreas de produção da monocultura da soja, esse produto alcançou um patamar importante entre os principais produtos exportados pelo estado do Maranhão, já que tem ficado atrás apenas de três *commodities* minerais, que são: ferro-gusa, minério de ferro e alumínio. No total, as exportações da soja *in natura* têm respondido em média por 14% do valor anual das exportações estaduais nos últimos nove anos. Em relação a essa estatística, Carneiro ressalta que, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), no período de 1999 a 2007, o valor das exportações da soja no Maranhão quase quadruplicou, pois saiu de US\$ 65,4 milhões, em 1999, para a cifra de US\$ 235,16 milhões, em 2007. No tocante à quantidade exportada, o autor comenta que a evolução é menor, pois passou de 358.728,4 toneladas, em 1999, para o total de 841.943,6, em 2007 (CARNEIRO, 2008: 83).

Destaca-se aqui o papel dos grupos empresariais no controle da produção da soja maranhense, principalmente dos grupos multinacionais, a exemplo “da Cargill Agrícola S/A e Bunge Alimentos S/A, controlando 61% do valor total exportado, da *joint ventures* como a Multigrain35 (Multigrain S/A e Multigrain Comércio, Exportação e Importação)”. (CARNEIRO, 2008: 83). Em virtude da necessidade de ampliar seus espaços de exploração, o capital internacional vem ampliando os investimentos no agronegócio, de modo que tanto a soja quanto o eucalipto já deixaram a área da Amazônia Legal, e está se espalhando para outras regiões do Estado





## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Desni Lopes. **O Campo e a Política: a participação do campesinato na política maranhense.** Monografia de graduação . UEMA, São Luís/ 2008.

ALMEIDA, Diciene. MESQUITA, Benjami. **As mudanças na estrutura fundiária do Maranhão no período de 1996 a 2006.** Caderno de resumos 62ª. Reunião Anual da SBPC. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/3353.htm> (acesso 10/05/2011).

ALMEIDA, Lucio Flávio. **A Ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

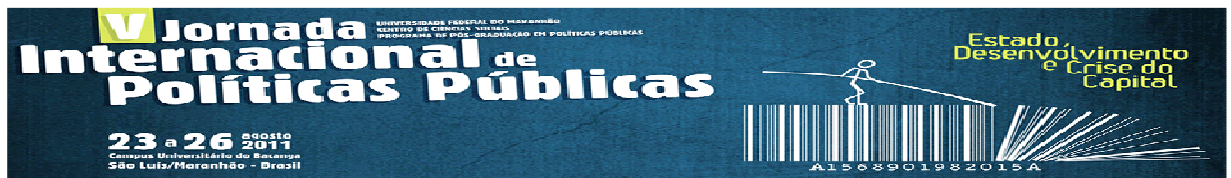
BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Lutas de Classe e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** UEMA /São Luís, 2006.

CAMPOS NETO, José de Ribamar. SOUZA, Ulisses Denache Vieira. FEITOSA, Antônio Cordeiro. **A Sustentabilidade Ambiental no Oeste Maranhense - Amazônia Legal.** Disponível em <http://www.nepa.ufma.br/Producao/Egal%20colombia%202007/A%20SUSTENTABILIDADE%20AMBIENTAL%20NO%20OESTE%20MARANHENSE%20AMAZONIA.pdf> (Acesso 30/03/2011)

CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2009.** São Paulo, Expressão Popular 2010.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A Relação Serviço Social e Questão Agrária na Contemporaneidade: Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão**

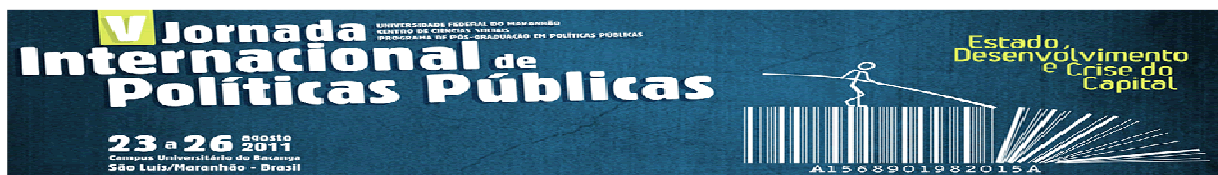
JORNAL PEQUENO. **Maranhão tem maior população em situação de extrema pobreza.** Coluna Estado. 11/05/2011. Edição on line disponível em <http://www.jornalpequeno.com.br/2011/5/11/maranhao-tem-maior-populacao-em-situacao-de-extrema-pobreza-155281.htm>



MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **Relações de poder na literatura da Amazônia Legal.** EDUFMT, Cuiabá. 2002.

MESQUITA, Benjamin Alvino. **Demanda por alimentos e as conseqüências na Amazônia.** Brasileira: “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento. Disponível em [http://egal2009.easyplanners.info/area07/7584\\_Mesquita\\_Benjamin\\_Alvino\\_de.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area07/7584_Mesquita_Benjamin_Alvino_de.pdf) (Acesso 23/03/2011)

SILVA, José de Ribamar Sá. MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Abertura comercial e reconfiguração da produção econômica na Amazônia Legal.** In Revista de Administração e negócios da Amazônia, vol. 2, Ano 2 (2010). Disponível em <http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/viewArticle/21> (Acesso 15/03/2011)



## A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO EM FACE DA IMPLANTAÇÃO DO CLA E A LUTA PELO RECONHECIMENTO DE TERRITÓRIOS ÉTNICO -QUILOMBOLAS

Saulo Carneiro de Oliveira<sup>7</sup>

### RESUMO

O artigo analisa a atuação do Estado Brasileiro no território de Alcântara, problematizando as noções acerca dos territórios étnicos, da diversidade cultural e da construção do espaço, sobretudo na perspectiva dos sistemas normativos e institucionais.

**Palavras -chave:** Estado – desenvolvimento socioespacial – controle social

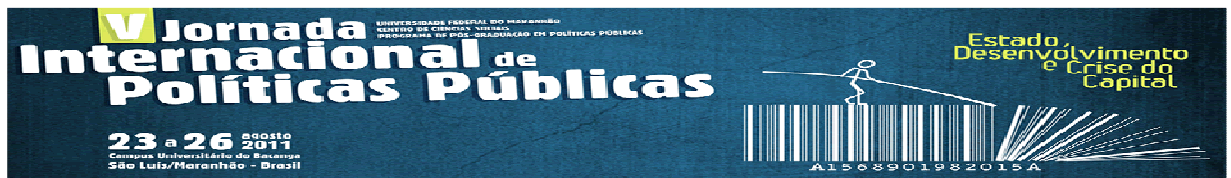
### ABSTRACT

It is intended, from the analysis on the performance of the Brazilian State in the social and espace development of Alcantara, provide input to reflections on the ethnic territories, cultural diversity and the construction of space,

**Keywords:** State - social and espace development – social control

---

<sup>7</sup> Mestrando. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



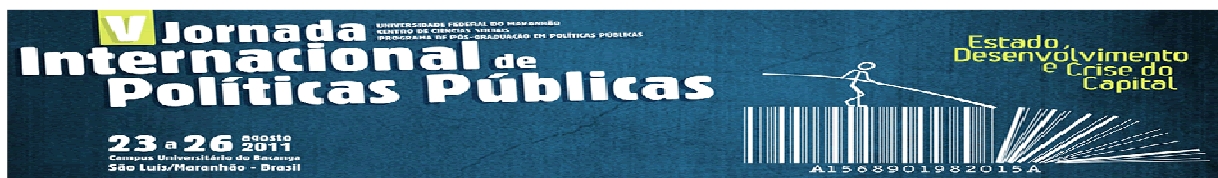
## 1 INTRODUÇÃO

Encerrada a primeira década do século XXI, o debate sobre a crise do capital está na ordem do dia. A configuração atual da referida crise, desencadeada em 2008, denota as contradições do sistema econômico hegemônico que “une” todo o planeta sob a forma de um grande mercado globalizado sustentado por uma sociedade de mercado global (POLANYI, 2000).

O cenário atual traz uma reconfiguração das relações político-econômicas globais, evidenciando a perda de espaço para classificações que tradicionalmente creditavam ao Brasil a posição de país terceiro mundo. Nesta nova rodada de transnacionalização do capitalismo o que se percebe é um flagrante deslocamento de países periféricos para uma posição chamada de emergentes, muito embora a relação de dependência se reponha .

Destarte, o Brasil exsurge na condição de país “em desenvolvimento”, com forte atuação diplomática no cenário internacional tenta se credenciar como principal representante da América Latina, ao mesmo tempo, em que assume um protagonismo mundial no combate à fome, à pobreza e à miséria. Esse protagonismo, no entanto, não altera a forma como os grandes projetos operam no país , particularmente em regiões ricas em recursos naturais . Os governos atuais, na sua grande maioria dão continuidade à estratégia utilizada pelos militares para alcançar o chamado crescimento econômico. Neste sentido, um bom exemplo é a construção da Usina de Belo Monte. Esta atende, principalmente, aos interesses de algumas empresas transnacionais e sua demanda energética, concomitantemente representa um potencial assaz destruidor em plena Floresta Amazônica, cujos impactos sociais, culturais e ambientais motivam forte resistência de grupos indígenas, ribeirinhos e defensores dos direitos humanos.

Dentro da mesma lógica encontra-se o projeto espacial em Alcântara . A estratégia do Brasil grande potencia se atualiza uma vez que a perspectiva é a de tornar o Brasil uma potência em tecnologia espacial, com realização de parcerias multimilionárias com outros países e empresas estrangeiras para fins de exploração comercial. Mais uma vez,



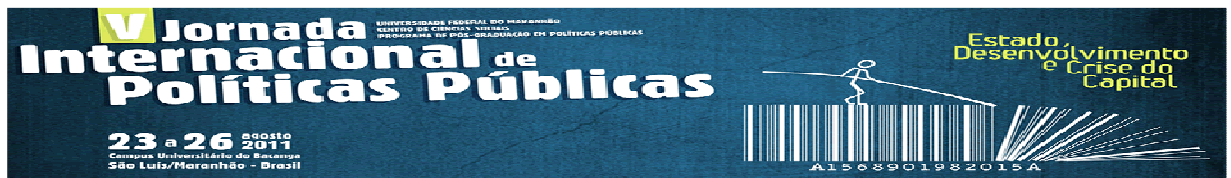
trata-se de empreendimento que o Estado gerencia e o faz em detrimento de populações, no caso de Alcântara, as comunidades remanescentes de quilombos, que desde a década de 1980 vêm sofrendo com deslocamentos forçados e desagregação de suas comunidades e identidades culturais, encontrando-se em iminente risco de ser preteridos em nome do progresso da ciência, da tecnologia e da economia.

O presente trabalho traz resultados parciais da pesquisa desenvolvida junto ao mestrando do Programa de Pós-Graduação em de Desenvolvimento Socioespacial e Regional. O objetivo é analisar a atuação do Estado Brasileiro – suas formas controle judicial e social no território de Alcântara em face da implantação do CLA .

## 2 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

O conceito de “espaço” tem sido objeto de reflexões cada vez mais sofisticadas, resultantes da preocupação de estudiosos que adotam uma postura crítica sobre as tradicionais abordagens acerca do espaço. Alain Lipietz (1988, p. 15), expressa sua insatisfação com a noção comumente apresentada acerca do espaço. . Nesse sentido tenta oferecer um contraponto à noção, por ele criticada, enfocando a consideração do espaço sob o aspecto sócio-econômico, cujas relações se definem historicamente, conforme se articulem aos diferentes modos de produção. O autor propõe a elaboração de um plano de pesquisa crítica que se inicia pelo estudo da dimensão espacial da articulação dos modos de produção. Nesse sentido desenvolve a reflexão acerca do papel do Estado na construção do espaço social. (Lipietz, 1998; p. 28) e, busca avançar nas análises socioespaciais, tendo a dialética marxista como referência teórica .

A construção do espaço empreendida pelo Estado segundo Lipietz, assim como fora para Marx, se refere a uma “comunidade ilusória” (Lipietz, 1998; p. 149). O Estado exerce diferentes funções com forte implicações no espaço, dentre estas se destaca a função de assegurar as condições da reprodução de um determinado modo de produção. Por outro lado, o Estado intervém na articulação com outros modos de produção (Lipietz, 1998; p. 151-152). Assim seguindo este raciocínio, se pode concluir que, o Estado para cumprir as



suas funções realiza intervenções, sobretudo na ordem jurídico-normativa como no caso da territorialidade de Alcântara.

## **O ESTADO BRASILEIRO E A IMPLANTAÇÃO DO CLA : formas de controle judicial e social**

O território de Alcântara nas últimas três décadas tem sido objeto de interesses geopolíticos constituindo-se como espaço estratégico para o desenvolvimento de tecnologias aeroespaciais. Nesse sentido, a atuação do Estado brasileiro no território de Alcântara tem sido emblemática. Cabe destacar que o projeto de instalação do Centro de Lançamento em Alcântara foi escolhido pelo governo militar no fim da década de 1970 para substituir o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, em Natal (RN), uma vez que este se tornou inviável, à época, em função do processo de expansão urbana local (SARDENBERG, 2001).

Para a implantação da Base Espacial, foi construído um conjunto de normas para garantir o seu controle sobre o território de Alcântara. Em 1980, por meio do Decreto n.º 7.820, assinado pelo então Governador do Maranhão, João Castelo, foi desapropriada uma área de 52.000 ha (cinquenta e dois mil hectares) de terras no município de Alcântara, pouco menos de 50% (cinquenta por cento) da sua base territorial. A consequência desta intervenção foi a expropriação forçada de dezesseis comunidades tradicionais remanescentes de quilombos e pelo menos três mil e seiscentas famílias (PEDROSA, 2006).

Na construção desse projeto aeroespacial brasileiro o presidente, José Sarney (1986), editou o Decreto n.º 92.571 que reduziu o módulo rural de Alcântara de 35 ha (trinta e cinco hectares) para 15 ha (quinze hectares). Novo decreto foi editado posteriormente, em agosto de 1990, pelo ora Presidente, Fernando Collor de Melo, aumentando para 62 mil hectares a área desapropriada, o que corresponde a cerca de 54% (cinquenta e quatro por cento) do território do município (PEDROSA, 2006). A construção normativa estatal, além de “legalizar” a tomada forçada de terras, ainda foi





utilizada como instrumento para diminuir os valores das indenizações recebidas por aqueles que foram removidos, o que se traduziu num total desrespeito aos direitos étnico-culturais das populações tradicionais remanescentes de quilombo.

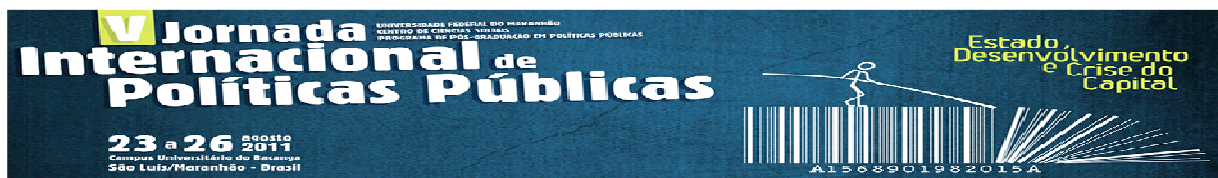
Pode-se falar, inclusive, em desrespeito de direitos em face da nova configuração normativa da Constituição de 1988, especificamente em relação aos direitos das populações tradicionais remanescentes de quilombo, por meio do artigo 68 de seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pois, foi garantido expressamente que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos a ocupação de suas terras como propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2011).

A norma supracitada tem força constitucional, acrescente-se dentre outros dispositivos constitucionais, a proteção ao patrimônio cultural brasileiro, na forma dos artigos 215 e 216, fazendo referência direta à cultura popular afro-brasileira e ao patrimônio imaterial, que compreende, segundo a UNESCO práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, que as comunidades, grupos, e indivíduos reconhecem como parte de seu, que se transmite de geração em geração, gerando sentimento de identidade e continuidade (CAVALCANTI, 2008).

No que tange ao reconhecimento do direito à propriedade dos territórios étnicos, interessante observar a questão pela perspectiva do espaço social, a partir de duas categorias trabalhadas por Marx, valor de uso e valor de troca, trazidos à tona por Lefebvre (2001, p. 135):

O **valor de uso** corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O **valor de troca** corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no ‘mundo das mercadorias’(grifo nosso).

Neste sentido, os territórios étnicos, como o de Alcântara, não se insere no “mundo das mercadorias, pois são considerados propriedades coletivas, em nome das comunidades. Assim deve ser preservado, justamente, o sentido comunitário, os laços culturais, suas identidades e suas atividades tradicionais.

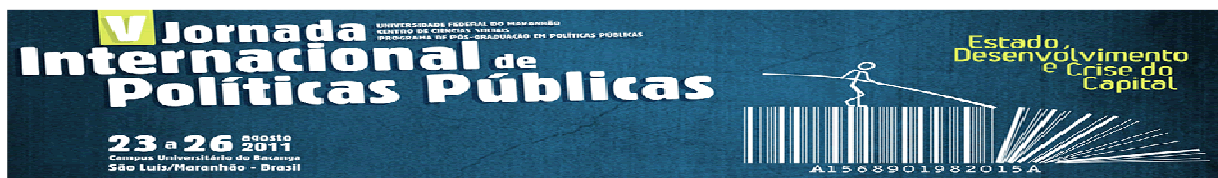


Fora do “mundo das mercadorias” as comunidades tradicionais, não capitalistas, em tese possuem maior possibilidade de resistir aos modelos predatórios em relação ao meio ambiente, visto que no caso dos quilombolas, por exemplo, há práticas culturais caracterizadas pela retida, transformação, cultivo e produção de praticamente tudo o que necessitam, combinando atividades de pesca, caça, extrativismo vegetal, artesanato, indústria doméstica de transformação, como a fabricação de farinha. Tudo isso se torna mais difícil com a desagregação destas comunidades (FRANÇA, 2008).

#### **4 A RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALCÂNTARA**

O caso de Alcântara traz impasses ainda em discussão perante o Poder Judiciário, A União está no pólo passivo de alguns processos (destacando-se a Ação Civil Pública n.º 2003.37.00.008868-2, promovida pelo Ministério Público Federal - MPF), ou seja, o Estado Brasileiro está no “banco dos réus”. Uma das principais questões discutidas judicialmente diz respeito ao recebimento da titulação definitiva do território étnico quilombola pelos moradores remanescentes de quilombo de Alcântara. Com esses instrumentos judiciais as comunidades quilombolas tem-se conseguido diminuir alguns impactos, impedindo novos deslocamentos forçados, mas não os deslocamentos “não forçados” ou negociados em face de indenizações a membros das comunidades. Tais indenizações tanto enfraquece como desarticula essas comunidades. A introdução do valor de troca implica em alterações radicais nestas relações, provocando forte desarticulação destas comunidades, problemática abordada por Lipietz (1998, p. 162), que enfatiza, “todo desenvolvimento do capitalismo consiste, com efeito, em dissolver os antigos laços naturais por relações frias de pagamento à vista”.

Pode-se dizer que a existência de relações não capitalista nestas comunidades, que se caracterizaram pela não acumulação fundiária, deve-se ao processo histórico de formação de Alcântara, que foi estabelecida como centro dinâmico da América Portuguesa e passou por um período no qual experimentou auge econômico, com



produção baseada na monocultura (no caso, de cana-de-açúcar e algodão) e na exploração do trabalho escravo, essencialmente voltada para o mercado externo (TITULAÇÃO, 2008).

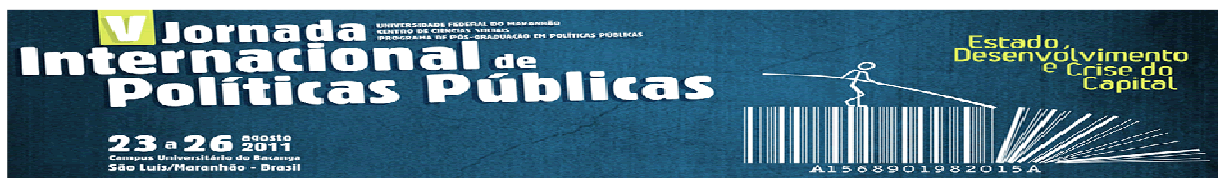
Após enfrentar forte processo de decadência do sistema monocultor, desencadeado nos séculos XVIII e XIX, este espaço não despertava mais o interesse por parte dos grandes proprietários de terras, de modo que muitas áreas foram abandonadas, outras foram doadas, compradas ou entregues para os ex-escravos. Estes últimos, desde então passaram a constituir um segmento social específico, atualmente reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro como moradores das “áreas remanescentes de quilombos” (TITULAÇÃO, 2008).

Tal como em Alcântara, outras tantas comunidades quilombolas no Estado do Maranhão e no Brasil conseguiram permanecer em suas terras, mas, não sem lutas e resistências. Cabe uma breve digressão a respeito da legislação fundiária, pois ela representou a primeira medida efetiva do Estado brasileiro no sentido de regularizar o acesso à terra, e como alude Maricato (1996, p. 17), não por coincidência, foi promulgada com interregno de um semana em relação á outra lei que extinguiu formalmente o tráfico negreiro no então Império do Brasil. Sobre a questão fundiária brasileira, Emília Maricato (1996, p. 18) tece as seguintes ponderações:

O aparato legal urbano, fundiário e imobiliário que se desenvolveu na segunda metade do século XIX, forneceu base para o início do mercado imobiliário fundado em relações capitalistas e também para a exclusão territorial.[...]

as exigências da propriedade legal do terreno, plantas, responsável pela obra, tudo obedecendo às normas dos códigos, afastou a maior parte da massa pobre do mercado formal.

Decorre desta política segregacionista e concentradora de terras a opção para os pobres das cidades que se instalam nas periferias e em terrenos irregulares. O município Alcântara alcançou grande concentração de comunidades e de quantitativo populacional que passa dos 12 mil habitantes. Uma das mais completas fontes de informação em relação ao conjunto das comunidades quilombolas é recente e bastante consistente. Trata-se de perícia técnica - laudo do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida,



realizado em Alcântara, em 2002 - utilizado para fundamentar a já citada Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal, contra o INCRA, a Fundação Cultural Palmares, a Agência Espacial Brasileira e a União Federal, com o objetivo de cessar a omissão dos órgãos e solicitar a conclusão do procedimento de titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

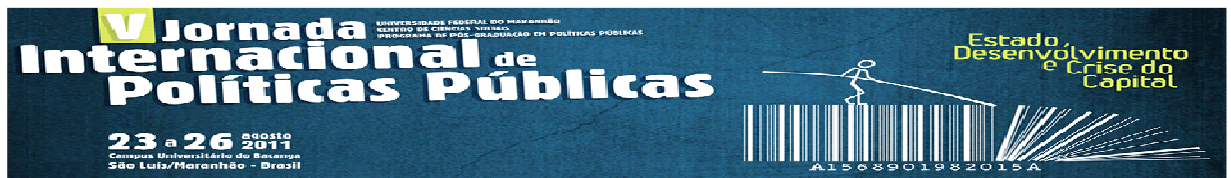
O referido laudo antropológico traz importantes informações, tais como: 139 povoados referentes às comunidades remanescentes de quilombos no município de Alcântara; desse total, 90 encontram-se localizados na área desapropriada por utilidade pública para a instalação da base de lançamento de foguetes; esses povoados totalizam 12.941 habitantes, ou seja, 83% da população rural do município; e ocupam uma área aproximada de 85 mil hectares (MOURA, [200?]).

A ação denuncia, ainda, que há previsões de outras fases de expansão do projeto e, conseqüentemente, de deslocamentos de outras comunidades, muitas delas de remanescentes de quilombos. Ou seja, o processo de construção socioespacial em Alcântara, que ganhou novos contornos após os acordos binacionais entre Brasil e Ucrânia (Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, promulgado pelo decreto n. 5.436, de 28 de abril de 2008), com a formação da empresa binacional *Alcanta Cyclone Space*.

Neste sentido, o Ministério Público Federal denunciou novos fatos ocorridos (BRASIL, 2008):

A empresa *Alcanta Cyclone Space*, em conjunto com a Agência Espacial Brasileira, visando a implantação do sítio de lançamento do veículo espacial "Cyclone 4", deu início a uma série de estudos, prospecções, demarcações e obras de pré-engenharia, com impacto na posse das comunidades quilombolas visando a viabilizar o início das obras necessárias ao empreendimento, através da Fundação de Aplicações de tecnologia Críticas- ATECH. A conduta das requeridas, [ressalta-se] iniciadas antes da conclusão do processo de identificação, delimitação e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombo mencionadas na Ação Civil Pública principal [n. 2003-37.00.008868-2], ameaça parcialmente a integridade do território étnico que se pretende assegurar na forma do art. 68 do ADCT da CF/88, objeto da lide em andamento, inovando a situação do fato *sub judice*.

Percebe-se, portanto, que os processos judiciais e a própria intervenção no socioespacial de Alcântara, estão em pleno curso, como apontam alguns trabalhos recentes acerca destes novos intrusamentos nas comunidades de Mamuna e

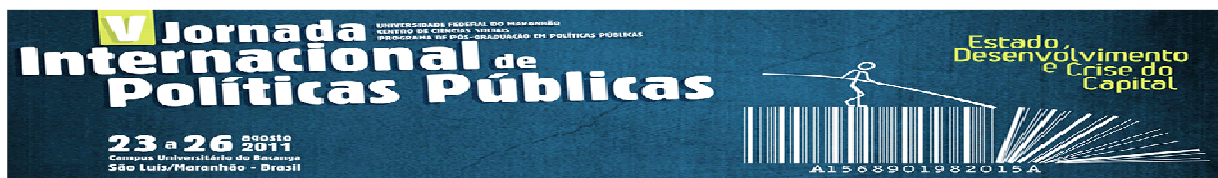


Baracatatiua, a partir de 2007 e denunciados pelo MPF (PEREIRA JUNIOR, 2009; COSTA, 2011).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da construção do espaço social em Alcântara em três décadas, permite observar que o ordenamento jurídico brasileiro, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), passou por significativas modificações que refletem a passagem do so governos militares para governos civis . Ou seja, por um sistema que reconheceu diversos direitos, permitindo inclusive liberdade para reivindicação e reconhecimento de novos direitos. Contudo, apesar dos direitos estabelecidos pela CF/88, destacando-s o art. 68 do ADCT, os quilombolas de Alcântara ainda se sentem ameaçados, pois continua a investida nos seus territórios, desta vez, não mais com argumentos somente para sua utilização com fins militares e de soberania nacional, como também, para fins de exploração comercial e auferimento de divisas obtidas com o lançamento de foguetes encomendado por outros países, sob a justificativa de desenvolver a ciência e a tecnologia espaciais no Brasil.

Considera-se significativa a existência de sólido alicerce no plano normativo composto por um vasto conjunto de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que asseguram direitos e mecanismos para reivindicar judicialmente o seu cumprimento. Contudo, o próprio Estado ainda continua a ser um dos principais agentes a violar direitos, que por ação direta ou indireta (o que se torna cristalino nas últimas intervenções ocorridas em comunidade quilombolas, conforme denunciado pelo MPF), quer por omissão (o que se configura principalmente pela demora em promover a titulação dos territórios étnicos), cedendo a interesses do grande capital, sob o argumento da promoção do progresso e do crescimento econômico em nível local.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 08 jun. 2011.

BRASIL. Procuradoria da República no Estado do Maranhão 2º Ofício Cível. Ação Cautelar Inominada Incidental à Ação Civil Pública nº 2003.37.00.008868-2. 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão. Procurador Alexandre Silva Soares. São Luís, 15 de maio de 2008.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. "Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: Estado da Arte" IN: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; LONDRES, Maria Cecília. **Patrimônio Imaterial Brasileiro**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

COMUNIDADE: Alcântara. [2008?] Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/acoes/html/jurisprudencia.aspx?LinkID=4>>. Acesso em 08 jul. 2010.

COSTA, Artêmio Macedo. **Progresso e exclusão no processo de implantação do CLA: conflito e resistência ao "Pelourinho Tecnológico"**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2011.

DAGNINO, Evelina. "Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana". In: Alvarez, Dagnino e Escobar (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais Latinoamericanos**: Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

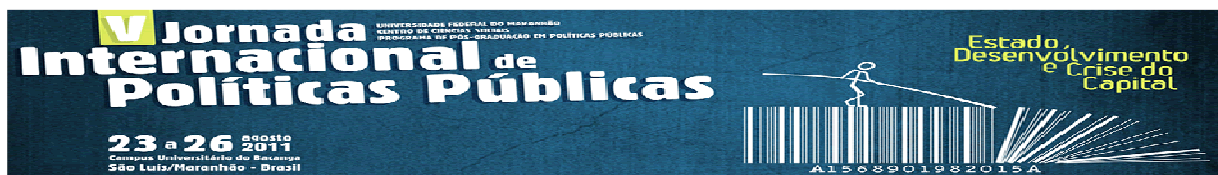
DURIGUETTO, Maria Lucia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

FRANÇA, Valdo. **Etnodesenvolvimento Sustentado para Quilombos**. 2008. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/articles/6802/1/Etnodesenvolvimento-Sustentado-Para-Quilombos---2/pagina1.html>>. Acesso em 08 jul. 2010.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo:EDUSP, 2003.

HISTÓRICO. [2004?]. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/casacivil/gei\\_alcantara/static/index.htm](https://www.planalto.gov.br/casacivil/gei_alcantara/static/index.htm)>. Acesso em 17 jul. 2010.





INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ALCÂNTARA. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 17 jul. 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, Terezinha Moreira. "Descentralização e Controle Social". In: **Rev. Políticas Publicas**, São Luis v. 4. n. 1-2. p. 71-96, jan/dez. 2000.

LIPIETZ, Alain. **O capital e o seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Pau: Hucitec, 1996.

MOURA, Flávia. **Mudanças decorrentes do reconhecimento oficial**. [200?]. Disponível em:<[http://www.koinonia.org.br/oq/ctxt\\_local\\_informe.asp?cod\\_comunidade=4&nome\\_comunidade=Alc%E2ntara](http://www.koinonia.org.br/oq/ctxt_local_informe.asp?cod_comunidade=4&nome_comunidade=Alc%E2ntara)>. Acesso em 08 jul. 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEDROSA, Luís Antonio Câmara. **Alcântara ainda em jogo**. 2006. Disponível em: <<http://www.smdh.org.br/artigos2.php?id=7>>. Acesso em 08 jul. 2010

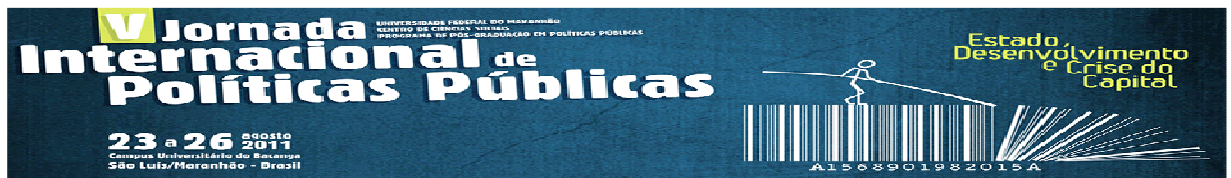
PEREIRA JUNIOR, David. Quilombos de Alcântara: Território e Conflitos – Intrusão do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000

RELATÓRIO Final [GEI – Alcântara]. 2005. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/casacivil/gei\\_alcantara/static/1-Docs\\_GEI/7-Relat%C3%B3rio\\_Final/Relat%C3%B3rio\\_Final\\_Alc%C3%A2ntara.pdf](https://www.planalto.gov.br/casacivil/gei_alcantara/static/1-Docs_GEI/7-Relat%C3%B3rio_Final/Relat%C3%B3rio_Final_Alc%C3%A2ntara.pdf)>. Acesso em 08 jul. 2010.

SANTOS, Boaventura Sousa. La reinencion del Estado y el Estado Plurinacional. 2007. Disponível em:<[http://www.ces.uc.pt/publicacoes/outras/200317/estado\\_plurinacional.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/outras/200317/estado_plurinacional.pdf)>. Acesso em 08 jul. 2010.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Esclarecimentos sobre o acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos, com vistas ao lançamento comercial de foguetes e satélites norte-americanos pelo Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. 2001.



Disponível

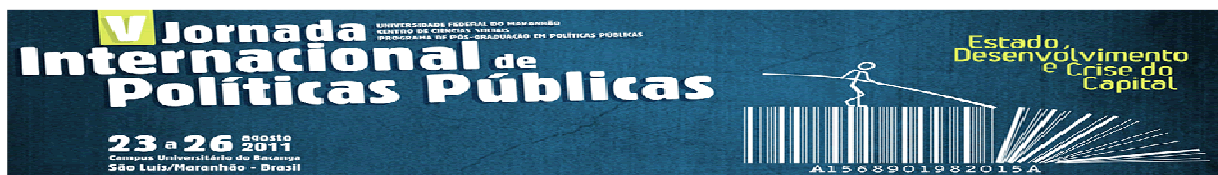
em:<<http://www.defesanet.com.br/alcantara/esclarecimento/esclarecimento.htm> Acesso em 17 jul. 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Sociedade Civil e participação cidadã no poder local**. Salvador: UFBA, 2000.

TELLES, Vera da Silva. "Sociedade civil e espaços públicos: caminhos (incertos) da cidadania atual". In: \_\_\_\_\_. **Direitos sociais**. Afinal do que se trata?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TITULAÇÃO participativa do território Etnico de Alcântara. 2008. **Disponível em:** <[http://www.conaq.org.br/noticia\\_interna.php?notId=883](http://www.conaq.org.br/noticia_interna.php?notId=883)>. Acesso em 17 jul. 2010.



## IDH E DESENVOLVIMENTO SOCIO ESPACIAL NA DA BAIXADA MARANHENSE.

Sandro Henrique Meireles Almeida<sup>8</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo sintetizar a pesquisa em andamento na região da baixada maranhense intitulada: IDH E DESENVOLVIMENTO SOCIO ESPACIAL NA DA BAIXADA MARANHENSE , que tenta compreender a realidade local através do IDH como parâmetro de análise da região, além de utilizar o conceito de Milton Santos sobre Desenvolvimento socioespacial que interpreta o espaço humano como o fato histórico

**Palavras-Chave:** IDH, Desenvolvimento Socioespacial, Baixada Maranhense.

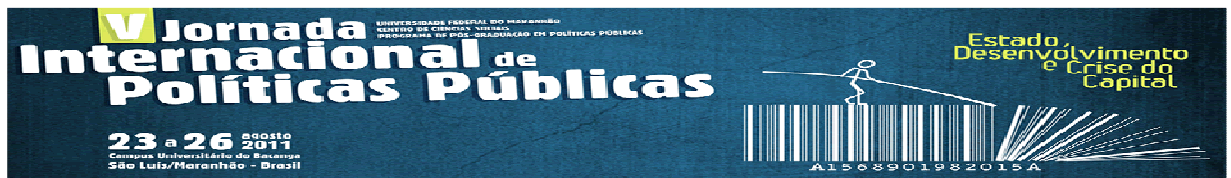
### INTRODUÇÃO

O foco da pesquisa é o município de Vitoria Mearim e são consideradas, na pesquisa, as formas de organização da sociedade civil e as políticas de governo presentes no município. Compreende-se que este processo se inclui na dinâmica da globalização e tem por base a ideologia neoliberal a qual passa a idéia de uma globalização homogeneizadora, esquecem, no entanto, de que esse processo evoluiu de forma desigual dentro das regiões do Brasil e Maranhenses, e desta forma desenvolvimento da região da baixada se insere nesta contradição.

Nesta linha de pensamento procuraremos levantar o IDH da região da baixada analisando-o como índice que se propõe a fazer um retrato social do desenvolvimento local , o que inclui avaliação das políticas publicas no município

---

<sup>8</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



de Vitória do Mearim. Buscarei refletir sobre o desenvolvimento e seus entraves no Maranhão, primeiramente tentando localiza-lo num contexto mundial e nacional, e posteriormente fazendo uma análise local da região da baixada maranhense.

É a partir dessa generalização e dessa coisificação da ideologia que, de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um discurso único do “mundo”, com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global (SANTOS, 2001: 45).

A perspectiva aqui adotada é a considerar e potencialidades o que implica pensar em outras formas de desenvolvimento, questionando o modelo hegemônico.

## **IDH E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL**

Partindo de um conceito amplo de desenvolvimento (longevidade, educação, saúde) os economistas do Banco Mundial (Mahbub UI Hag e Amartya Sem) criaram em 1990 o IDH (índice de desenvolvimento humano) indicador que oferece uma contrapartida ao PIB –per capita ao presumir um elo entre crescimento econômico nacional e a expansão das opções humanas individuais.

Este conceito tem servido de base para o **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)**, publicado anualmente. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Segundo informações do PNDU, o IDH leva em conta componentes como a longevidade, educação e renda. Para aferir a longevidade, por exemplo, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino, e a renda é calculada pelo PIB per capita em dólar PPC

(paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países).

O IDH atualmente é referência mundial, proposto pelas nações unidas para aferir os objetivos de desenvolvimento do milênio. O Brasil tem se utilizado deste índice através do governo federal e administrações Estaduais e Municipais, que pode ser consultado através do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (banco de dados eletrônico com informações sócio-econômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal).

O IDH passa por diversos cálculos para que suas medias sejam montadas em todas as categorias. Porém alguns itens são cruciais para este cálculo como podemos ver na tabela abaixo:

#### Cálculo dos índices de desenvolvimento humano - apresentação gráfica

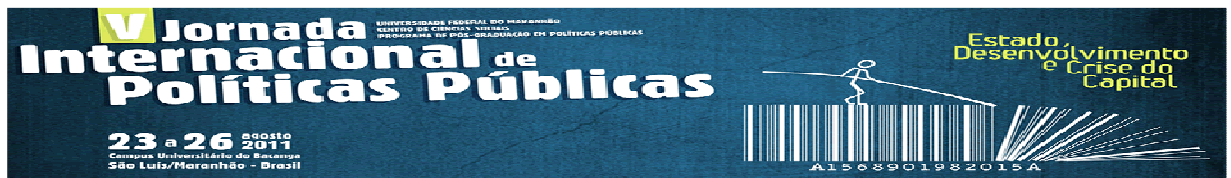


Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

Estes dados são reunidos através de sensores ( que são feitos através de questionários) que tentam através de entrevistas formular o índice de forma que este servirá como base para a implantação de políticas públicas e também de comparação com outros países do globo.

### O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, NORDESTE E MARANHÃO

O desenvolvimento possui diversas dimensões, sendo tratados por diferentes autores e vertentes teóricas. Segundo alguns autores como Milton Santos é possível se buscar outras maneiras de desenvolver. Para Theotônio dos Santos (2000) problemática do desenvolvimento esta atrelada a uma serie de



acontecimentos históricos, e esta vinculado ao surgimento Estado Moderno particularmente a crise do colonialismo, as duas guerras mundiais. Para entendermos o quadro do desenvolvimento atual no Brasil e no Maranhão precisamos entender o quadro histórico onde surgiram as primeiras teorias do desenvolvimento. Durante a Guerra Fria houve a tentativa dos EUA e Inglaterra de conter uma possível expansão soviética, porém neste contexto o verdadeiro sentido destas atitudes foi a de implantar e consolidar a hegemonia dos EUA no mundo ocidental. Neste mesmo período surgiram vários Estados Nacionais na África e na Ásia, onde também houve uma parcial libertação do domínio estrangeiro, o Oriente Médio se tornou uma zona de disputa entre potências internacionais e locais. Na América Latina, apesar de sua independência parcial desde o século XIX, aspira uma independência econômica que viabilizará seus Estados Nacionais e seu possível desenvolvimento. Assim surgem as literaturas dedicadas a análise dessa temática que será intitulada “Teoria do Desenvolvimento”. Esta teoria terá como característica principal a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, que é caracterizada por uma busca máxima da produtividade, gerar poupança e investimentos que objetivem a acumulação constante da riqueza dos indivíduos e, em conseqüência, de cada sociedade nacional.

O desenvolvimento surge incrustado a modernidade que é um fenômeno tratado como universal um estagio ideal que toda a sociedade deveria chegar, desta maneira se tornou possível falar do pleno desenvolvimento caracterizado como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna. Ou seja, a busca por uma produtividade máxima, investimentos com o intuito de acumulação permanente. “O desenvolvimento, além de ser fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem.” (FURTADO, 2003:101).

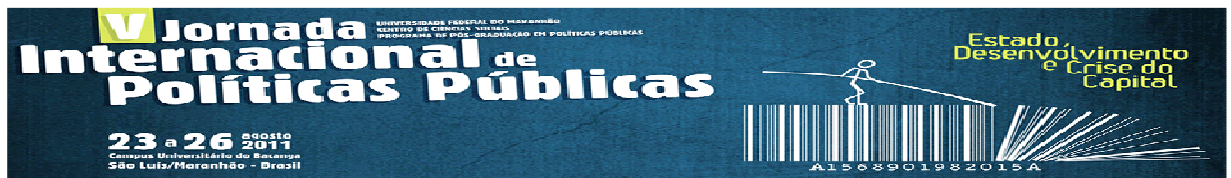




O Brasil foi incluído nesta lógica. Num primeiro momento, como rural, escravocrata e primário-exportador, e apenas no século XX, que este se tornará urbano-industrial acompanhando uma necessidade da lógica capitalista de desenvolvimento. Porém com a industrialização a partir de 1930 ocorre também a concentração da indústria no Sudeste com 11% do território nacional e a uma produção correspondente a 81% da atividade industrial brasileira. Porém nas décadas de 1940 e 1950 há uma expansão para o interior do país, e por extensão uma pequena desconcentração espacial da produção nacional.

A Região Nordeste se caracteriza por ter 20% do território brasileiro, onde vivem 29 % da população, a qual produz 14% da produção nacional em sua totalidade, desta 12% esta ligada a produção industrial e aproximadamente e 21% a produção agrícola. Trata-se de uma região caracterizado pelo lento desenvolvimento econômico e marcado por um alto índice de pobreza.

O Maranhão se insere neste contexto e participa do mesmo sistema de desenvolvimento. A partir dessa lógica foram implantadas as primeiras tentativas de industrialização, **segundo Barbosa (2006)** participa do contexto da economia mundial primeiramente com o modelo agroexportador, com a crise deste modelo no final do século XIX o estado entra na industrialização, - com foco no setor têxtil - porém por ser uma indústria tardia e dependente direta de fatores externos e locais, como a competitividade entre os estados - competitividade esta que o Maranhão não conseguiu acompanhar- e o maquinário antigo que não oferecia condições de sustentar o estado na dinâmica da economia mundial, logo o setor têxtil entra em decadência e extinção em 1960. Então surge como alternativa um novo tipo de indústria, que terá como matéria prima a amêndoa do babaçu, que se torna um produto de exportação e de consumo interno muito rentável. Depois da Primeira Guerra Mundial, este ramo da indústria maranhense passa a ser incentivado por órgãos regionais particularmente pela SUDAN (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e logo encontram entraves que cooperaram para o fechamento de várias usinas dentre estes problemas cito a escassez de matéria

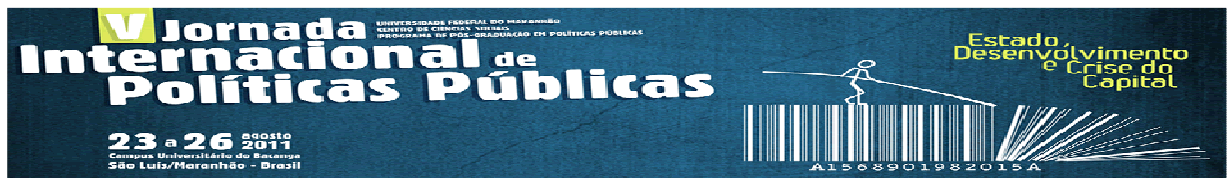


prima pela razão do reordenação do espaço físico que ganha uma nova configuração pois a venda de terras públicas para grandes empresas ocorre em grande escala, em meados da década de 1970 que acaba levando a falência.

Assim o Maranhão entra na dinâmica capitalista e se torna cada vez perceptível as desigualdades tanto dentro de seu espaço quanto fora. Dentro do Estado posseiros, grileiros, empresários, pecuaristas e comunidades tradicionais entram em conflito pela terra, e as relações continuaram a sofrer muitas interferências através da Lei da Terra entre 1966 e 1970, e parte desta realidade ainda se perpetua até os dias atuais. Tânia Bacelar (2008) tematiza sobre as possibilidades de pensar um modelo de desenvolvimento para as diferentes regiões do país, mesmo considerando os padrões mundiais e nacionais. Isto é, o desenvolvimento brasileiro, numa perspectiva regional, tem três grades heranças de acordo com a autora: 1. A Ocupação Litorânea; 2. A diversidade brasileira (Social e da biodiversidade); 3. Excessiva concentração econômica. Essas heranças tiveram pontos positivos e negativos que se refletidos podem ser pensado para melhor forma de desenvolver o país. Bacelar conclui que, o Brasil é formado por *Brasis* que são desiguais, com conseqüências nas Regiões, Mesorregiões e Microrregiões.

Essa nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento. (SANTOS, T., 2000: 26)

A realidade nos município de Vitória do Mearim, e de outros na baixada maranhense não fogem ao contexto capitalista gerador de desenvolvimento e subdesenvolvimento, excluindo uma grande maioria e concentrando a renda, e seus índices retratam essa realidade em seu espaço, grandes projetos, concentração fundiária, pobreza é a realidade local, além de ser também atingida por políticas públicas que visam diminuir desigualdades, porém ainda não conseguem atingir de forma efetiva e ideal para que isto aconteça.



## REFERÊNCIAS

BACELLAR, Tânia. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências. Rio de Janeiro. Renavan. 2000.

BACELLAR, Tânia. Territórios da cidadania. Seminário O Novo Nordeste e o Brasil. Terezina. 2008

BARBOSA, Zulene Muniz. Maranhão, Brasil: Lutas de classe e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís. 2006. UEMA.

FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro. 2003. Civilização Brasileira.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª Ed. Rio de Janeiro. 2001. Record.

SANTOS, Theotônio dos. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro. 2000. Civilização Brasileira.

Relatório de Desenvolvimento Humano: A verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. 2010